AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT
WASHINGTON, D. C. 20523
BIBLIOGRAPHIC INPUT SHEET

FOR AID USE ONLY
BATCH #16

1. SUBJECT CLASSIFICATION

A. PRIMARY
Agriculture AE10-0000-G514

B. SECONDARY
Agricultural economics--Brazil

2. TITLE AND SUBTITLE
A agricultura e o homen no Distrito Federal do Brasil relatorio preliminar de uma investigacao sociologica

3. AUTHOR(S)
Pastore,Jose; Rocha,F.A.S.; Wilkening,E.A.

4. DOCUMENT DATE	5. NUMBER OF PAGES	6. ARC NUMBER
1968	41p.	ARC

7. REFERENCE ORGANIZATION NAME AND ADDRESS
Wis.

8. SUPPLEMENTARY NOTES *(Sponsoring Organization, Publishers, Availability)*

(In Land Tenure Center research paper no.28-P)

9. ABSTRACT

10. CONTROL NUMBER
PN-RAA-773

11. PRICE OF DOCUMENT

12. DESCRIPTORS
Brazil
Distrito Federal,Brazil?
Manpower utilization
Migrant workers
Productivity

13. PROJECT NUMBER

14. CONTRACT NUMBER
Repas-3 Res.

15. TYPE OF DOCUMENT

AID 590-1 (4-74)

NOTA DOS AUTORES

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa sociológica realizada por José Pastore, da Universidade de São Paulo e Eugene A. Wilkening, da Universidade de Wisconsin (Estados Unidos) no Distrito Federal do Brasil em 1966. O presente trabalho foi completado graças ao financiamento provido pelo Land Tenure Center da Universidade de Wisconsin e à colaboração efetiva de várias agências e autoridades brasileiras. Desejamos prestar aqui nossos agradecimentos sinceros à Secretaria da Agricultura do Distrito Federal que nos proporcionou todas as facilidades materiais e pessoais para a execução do projeto; à NOVACAP, IBRA, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, IBGE e INDA que nos forneceram valiosos dados para estudos preliminares.

Especial agradecimento é apresentado aos Drs. Roosevelt Nader, Francisco Porto e aos técnicos agrícolas da Secretaria da Agricultura que participaram de perto do estudo proporcionando tôda a ajuda solicitada. Menção especial é também apresentada ao Dr. Plínio Cantanhede, então Prefeito do Distrito Federal, pela sua compreensão e cooperação aos autores; ao Dr. Armando Hildebrand e demais membros de sua equipe no Ministério da Educação que nos proporcionaram maravilhosas facilidades materiais onde se instalou o escritório central da pesquisa. E, finalmente, mas não menos importante, desejamos agradecer a todos os agricultores entrevistados que se mostraram cooperativos e interessados no estudo. Esperamos poder retribuir aquela afetiva acolhida com os resultados e consequências desta investigação.

Análises e demais operações foram realizadas na Universidade de São Paulo - a quem prestamos nosso tributo - e na Universidade de Wisconsin. Parte dos dados aqui apresentados foi analisada e preparada por Fernando A. S. Rocha, da Universidade Rural de Minas Gerais (Viçosa).

Os autores apresentam aqui resultados preliminares e descritivos mas colocam-se à inteira disposição dos interessados para fornecer outras informações ou mesmo os dados originais da pesquisa que já se encontram devidamente codificados e perfurados em cartões IBM.

CONTEUDO

		Página
I.	INTRODUÇÃO	1
II.	O SETOR RURAL DO DISTRITO FEDERAL: HISTORICO E ORGANIZAÇÃO	2
III.	DESENVOLVIMENTO AGRICOLA DO DISTRITO FEDERAL: DESAFIO E REALIDADE	4
IV.	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	7
V.	AS AREAS ESTUDADAS E A METODOLOGIA EMPREGADA	8
	Seleção das Areas	8
VI.	SELEÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DE DADOS	10
VII.	A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL	11
	A. Terras em Cultivo e Produtividade Agrícola .	13
	Níveis de Produtividade Agrícola	15
	B. Fatores Associados a Produtividade Agrícola	19
	C. Conhecimento Sôbre Práticas Agrícolas . . .	21
	D. Canais de Informação Agrícola	22
VIII.	CARACTERISTICAS ECONÔMICO-SOCIAIS	26
	A. Mobilidade Geográfica	27
	B. O Processo de Mudança	31
	C. O Ajustamento no Distrito Federal	33
IX.	CONCLUSÕES E COMENTARIOS	39

A AGRICULTURA E O HOMEM NO DISTRITO FEDERAL DO BRASIL
Relatório Preliminar de Uma Investigação Sociológica

por

José Pastore
Fernando A. S. Rocha
Eugene A. Wilkening

I. Introdução

O Land Tenure Center da Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, vem patrocinando, há vários anos, uma série de pesquisas sociais relacionadas com os processos de migração e ajustamento de populações em áreas de recente colonização no Brasil. O planalto central brasileiro, pelo seu aspecto pioneiro em colonização, foi escolhido como uma das áreas de estudo. Uma primeira pesquisa de caráter intensivo focalizou os processos e problemas relacionados à migração de populações rurais para uma área também rural, ou seja, o município de Itumbiara, em Goiás.[1]

O segundo estudo patrocinado pelo Land Tenure Center no planalto central brasileiro focalizou as áreas urbanas do novo Distrito Federal.

A escôlha de Brasília como tema de estudo foi orientada por vários critérios. Em primeiro lugar, Brasília constitui a maior experiência brasileira de migração induzida que atraiu para o planalto central mais de 300.000 habitantes em menos de 10 anos. Em segundo lugar, Brasília constitui uma experiência de organização social onde o planejamento arquitetônico e urbanistico da capital visou não só imprimir linhas funcionais à cidade mas também impôr um novo estilo de vida à população. Nêsse sentido, Brasília representa um movimento planejado de modernização física e social.

Em terceiro lugar, uma avaliação de Brasília, ainda que precoce se impõe por aquilo que a capital representa em têrmos de pioneirismo e interiorização da população brasileira. Como se sabe, entre os múltiplos objetivos que levaram o govêrno brasileiro a construir uma nova capital em Goiás, destaca-se o papel que Brasília teria na colonização de novas áreas e conquista do Brasil inhabitado.

A investigação realizada em Brasília, no segundo semestre de 1966, focalizou as populações das zonas urbanas assim como as residentes nas áreas rurais do Distrito Federal.

[1] Ver João Bosco G. Pinto, Social Factors Associated with adjustment of Rural Migrants in Central Brazil, Land Tenure Center, Madison, 1966; van Es, J.C., E. A. Wilkening, e João Bosco G. Pinto, Rural Migration in Central Brazil: A Study of Itumbiara, Goiás, Land Tenure Center, no Prelo.

Embora o estudo, em geral, tenha se ocupado fundamentalmente dos processos de migração e adaptação das populações naquelas áreas, o modêlo utilizado nas zonas urbanas diferiu, em alguns aspectos, o utilizado nas zonas rurais. Assim, o estudo das populações urbanas se preocupou bàsicamente de testar hipóteses sociológicas relacionadas com os mecanismos psico-sociais que fazem alguns habitantes de Brasília se sentirem mais satisfeitos do que outros e, provàvelmente mais adaptados do que outros. Dêsse modo, procuramos analisar os fatores que induzem satisfação nos migrantes, levando em conta sua origem geográfica e social, suas aspirações, sua realizações na nova capital, etc. Os primeiros resultados, apresentados em outro relatório[2], demonstraram um nível relativamente alto de ajustamento às condições locais mas, por outro lado, refletiram a existência de inúmeros traços culturais e sociais tradicionais que, a despeito do impacto físico da moderna arquitetura de Brasília, ainda persistem entre a população. Igualmente, os resultados empíricos revelaram que fatores relacionados com satisfação e ajustamento para certos segmentos da população urbana, por exemplo no Plano Piloto, são motivos de dissatisfação para as populações das cidades satélites e vice-versa.

A pesquisa das populações rurais, além dos aspectos de adaptação e ajustamento do migrante às novas condições, focalizou ainda fatores ligados à capacitação técnica dos agricultores assim como seu nível de produtividade agrícola atual, suas aspirações em relação à agricultura, e sua integração na sociedade local e nacional. A inclusão dêstes aspectos no modêlo inicial deve-se às peculiaridades da agricultura no Distrito Federal e do importante papel que esta desempenharia na alimentação da população de Brasília. Para melhor entendermos êstes aspectos acreditamos ser necessária uma ligeira digressão à respeito da função do setor rural de Brasília no desenvolvimento do Distrito Federal.

II. O Setor Rural do Distrito Federal: História e Organização

Com a aprovação do plano diretor para a construção de Brasília, em 1956, um retângulo de cêrca de 6.000 km^2 de superfície em Goiás passou a ser intensamente trabalhado para que fôsse então formado o novo Distrito Federal. Grande parte da área incorporada ao Distrito Federal fazia parte de velhos municípios goianos como, Luziânia, Planaltina e Formosa. Suas terras eram predominantemente pobres e, dada a existência de melhores solos dentro do próprio estado de Goiás, nunca apresentaram uma agricultura próspera. Na verdade, a maior parte das terras daquêles municípios estava abandonada ou utilizada para a criação de gado, realizada de forma rotineira. A única agricultura então existente limitava-se a pequenas lavouras de subsistência dentro das grandes fazendas.

[2]Ver Pastore, José, Satisfactoin Among Migrants to Brasília, Brasil: A Sociological Interpretation, Land Tenure Center, Madison, 1968.

Com a mudança da capital para o planalto, profundas mudanças foram introduzidas nas zonas rurais visando não só o desenvolvimento e colonização daquelas áreas mas, especialmente, procurando criar uma agricultura capaz de suprir total ou parcialmente o grande mercado consumidor que alí se instalava com a criação de Brasília. Mudanças foram introduzidas principalmente no sistema de posse das propriedades rurais e, mais recentemente, na organização de instituições capazes de promover o desenvolvimento agrícola da região. Assim, o govêrno federal desapropriou a maior parte das propriedades rurais que existiam dentro da área demarcada e atribuiu à NOVACAP poderes para elaborar um plano de redistribuição de terras de modo a melhor atender as necessidades da nova capital. Tal desapropriação deverá ser total embora persistam ainda hoje algumas propriedades privadas dentro do Distrito Federal que, por motivos vários, ainda não tiveram seu processo de desapropriação concluido.

A distribuição de terras pela NOVACAP nos primeiros anos de sua atuação não seguiu o critério básico do plano de desenvolvimento agrícola do Distrito Federal. Por razões políticas, muitas chácaras foram distribuidas a pessoas que visavam mais a especulação imobiliária e recreação do que a organização de emprêsas agrícolas. Há cêrca de três anos, porém, a NOVACAP em colaboração com a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal vem procurando alocar as novas terras a agricultores que aparentam condições para desenvolver pequenas chácaras e sítios capazes de contribuir para o abastecimento do mercado local.

Na época do estudo, a situação das áreas agrícolas do Distrito Federal no tocante ao regime da terra era a seguinte: Nas terras desapropriadas pelo govêrno federal foram criados dez núcleos rurais a saber: Rio Preto, Jardim, ou Taquara, Taguatinga, Vargem Bonita, Sobradinho I, Sobradinho II, Vargem da Benção, Alagado, Monjôlo, e Santa Maria. Cada um dêsses núcleos é dividido em pequenos lotes, variando de 10 a 50 hectares que por sua vez são entregues à arrendatários aprovados pela NOVACAP. Os lotes, uma vez regularmente explorados, poderão ser pagos em prestações semestrais ou anuais durante prazo médio de 12 anos.

Além dos dez núcleos acima indicados, existem cinco outros pràticamente aprovados e em fase de formação: Pipiripau, Taquara, Estanislau, Rajadinha, e Ponte Alta. Em fase de estudo estão os núcleos de Mestre D'Almas, Retiro do Meio, São Bartolomeu e Papuda. O Núcleo Alexandre de Gusmão constitui uma experiência de colonização mais antiga e se encontra em funcionamento embora em moldes diferentes dos descritos acima e sob a jurisdição do INDA. A distribuição dos lotes nos núcleos acima mencionados constitui ainda hoje sério problema. De um lado, já muitos lavradores que, em vista de total fracasso no trabalho com a terra, não conseguem atender seus compromissos com a NOVACAP e, simplesmente, abandonam o lote e migram para outros lugares. Por outro lado, aumentos sucessivos no prêço de arrendamento das terras e nas exigências técnicas para alocação de lotes têm provocado enorme diminuição da procura de tais terras. Hoje, as autoridades contam com mais lotes disponíveis do que agricultores capazes e interessados em arrendá-los.

De modo geral, a situação de colonização das áreas rurais no Distrito Federal é ainda bastante precária. Em vista dos problemas acima apontados, um grande número de "invasores" está instalado em terras públicas, desenvolvendo suas lavouras sem nenhum título de posse, e trabalhando em situação precária no que tange à assistência técnica e creditícia.

O estabelecimento de "invasores" em Brasília decorreu não só das dificuldades em se preencher as condições estipuladas pela NOVACAP no que se refere ao arrendamento, mas especialmente às necessidades econômico-sociais que migrantes rurais enfrentavam ao chegar na nova capital ao se verem impossibilitados de se estabelecerem na própria terra.

Autoridades do IBGE e Secretaria da Agricultura do Distrito Federal estimam que os invasores das áreas rurais montam a cêrca de 2/3 dos agricultores operando em Brasília. Êstes se localizam tanto em terras hoje pertencentes ao govêrno como em áreas ainda em pendência e, legalmente, de propriedade de antigos fazendeiros. Apesar do grande número de invasores, têm sido raros os litígios ou conflitos relativos à posse da terra. Na verdade, só recentemente a NOVACAP vem desenvolvendo esforços no sentido de legalizar a situação de invasores oferecendo-lhes lotes em núcleos rurais.

Autoridades encarregadas do desenvolvimento agrícola do Distrito Federal, entretanto, têm nos invasores um sério problema. Alguns admitem que a capacitação técnica dos invasores e suas intenções em continuar na agricultura são tão baixas que de nada valeria a legalização daquêles trabalhadores nos núcleos rurais. Outros admitem que os invasores, de modo geral, possuem um mínimo de conhecimento técnico e outras potencialidades. Com a ajuda do serviço de extensão, eventualmente, êles poderiam experimentar sucesso em suas atividades agrícolas. Por outro lado, existe ainda outra hipótese segundo a qual a produtividade e eficiência dos invasores seria mais elevada do que a dos arrendatários legais dos núcleos (colonos). Os que defendem esta posição, argumentam que, no momento em que lotes fôssem distribuidos a êsses invasores e sua situação legalizada, êles baixariam sua produtividade pois redefiniriam sua situação em têrmos de mais segurança uma vez que considerar-se-iam então, "proprietários". Em outras palavras, a insegurança atual dos invasores seria, segundo esta hipótese, um fator indutor de produtividade pois assim fazendo os invasores acumulariam argumentos que evitariam um "despejo" da terra de modo repentino.

III. Desenvolvimento Agrícola do Distrito Federal: Desafio e Realidade

Um dos objetivos da investigação ora relatada foi examinar as hipóteses acima mencionadas. Dessa forma, procuramos estudar as diferenças de produção e também características sociais e educacionais de invasores e de colonos do Distrito Federal. Assim fazendo, entendemos que poderíamos oferecer às autoridades locais elementos orientadores na elaboração de programas de extensão rural e difusão de técnicas agrícolas eficientes.

Como se sabe a área rural do Distrito Federal constituiu motivo de grande preocupação tanto para as autoridades locais como para os órgãos federais. O IBRA, por exemplo, declarou o Distrito Federal como área prioritária para reforma agrária. Todas as propriedades e arrendamentos já foram cadastrados pelo próprio IBRA e êste, em colaboração com o INDA, pretende elaborar planos de desenvolvimento para a agricultura da capital.

A Secretaria da Agricultura, por outro lado, já está aparelhando alguns núcleos rurais com um conjunto integrado de facilidades institucionais capaz de ajudar os colonos a desenvolverem suas lavouras com mais eficiência. Nêste sentido, vários prédios foram construidos e muitos dêles já se encontram com funcionamento com agrônomos, técnicos agrícolas, pôsto de saúde, facilidades educacionais para adultos e crianças, pôsto mecanizado que oferece tratores e outro maquinário, alguma facilidade de crédito, e material audio-visual utilizado para a difusão de práticas agrícolas.

Além dêstes centros de extensão e assistência rural, a Secretaria da Agricultura vem dando continuidade a um programa de estudos sôbre a natureza e qualidade do solo no Distrito Federal. Pesquisas de solo e experimentação com novas plantas constituem as principais tarefas da estação experimental de Brasília. Trabalhos desta natureza vêm sendo realizados também por outras instituições (como o Ministério da Agricultura) a ajuda dadas por organizações estrangeiras como é o caso do IRI, projeto ETA 44, Fundação Rockefeller, USAID, e outras. O esfôrço já realizado nêsse sentido, tem confirmado a pobreza do solo de Brasília em vários aspectos, especialmente, o excesso de certos minerais que caracterizam quase todo o solo de cerrado do planalto central. Além disso, autoridades locais já acumularam certos conhecimentos relativos às tecnicas e fertilizantes necessários para a correção das insuficiências do solo no Distrito Federal. Um problema que ainda pende, porém, é o de se saber até que ponto os solos da capital federal podem proporcionar o desenvolvimento de lavouras economicamente compensadores. Dada a natureza dos solos locais, a produção de alimentos nessas áreas requer o uso intensivo de corretivos e fertilizantes. Nas condições atuais, os custos relativos dêsses fatores de produção são proibitivos. Além disso, requer-se por parte do agricultor, uma grande capacidade técnica e um enorme potencial educacional que permita o desenvolvimento de novos programas de extensão rural especialmente orientados para os problemas de solo e adaptação de novas plantas.

Mas o fato é que, às dificuldades de solo junta-se uma população de lavradores de baixa capacitação técnica, como mostraremos a seguir, e com baixo potencial educacional para aceitar novas técnicas. Em face dêsses problemas há aquêles que defendem a idéia de se abandonar totalmente os solos de Brasília e desenvolver-se uma agricultura mais econômica em áreas próximas ao Distrito Federal onde os solos e clima apresentam condições mais favoráveis.

Entretanto, tais observações raramente se baseiam em estudos sistemáticos. Além do mais, o govêrno já fez a opção por Brasília e gran-

des esforços já foram canalizados no desenvolvimento dos núcleos rurais e outras formas de assistência aos agricultores do Distrito Federal. Na verdade, o govêrno continua no firme propósito de desenvolver um "cinturão verde" em tôrno da área urbana da capital a fim de suprir alimentos à grande massa humana de Brasília. Brasília continuará sendo um ponto de atração, exercendo grandes pressões nas correntes migratórias do Brasil; com a continuação dos planos governamentais que visam a implantação total da máquina administrativa na nova capital, prevê-se um novo "rush" populacional em Brasília.

Dados do IBGE mostram que a produção de determinados alimentos sofreu um sensível acréscimo com o advento de Brasília no Planalto Central.

Quadro I - Produção da Agricultura no Distrito Federal

PRODUTO	1950		1953		1960	
	ÁREA (ha)	PROD. (t)	ÁREA (ha)	PROD. (t)	ÁREA (ha)	PROD. (t)
ARROZ	567	584	580	480	1.600	1.632
FEIJÃO	458	250	270	180	1.642	1.232
MILHO	592	985	650	975	2.100	2.520
MANDIOCA	77	356	45	1.700	800	13.500
CANA	71	293	-	-	105	1.975
TOMATE	21	149	39	790	15	1.140
BATATA DÔCE	-	-	15	140	120	540
AMENDOIM	-	-	-	-	35	35
BATATA INGLÊSA	-	-	-	-	55	182
LARANJA	-	-	-	-	55	22.000
ANIMAIS	CABEÇAS		CABEÇAS		CABEÇAS	
BOVINOS	17.709		16.000		16.600	
SUINOS	5.526		6.000		6.200	
EQUINOS	2.646		2.200		2.500	
GALINÁCEOS	23.574		96.150		132.000	

Fonte: "Estimativas de Produção Agrícola, IBGE, Brasília".

Entretânto, Brasília continua importando a maior parte dos alimentos necessários à população. Lamentàvelmente, não existem dados detalhados à respeito do volume de importações ou mesmo do volume do consumo local. Cooperativas de consumo e mesmo armazéns de alimentos que operam no nível de atacado em Brasília, informaram-nos que a maior parte dos produtos alimentícios consumidos em Brasília vem de Anápolis (Goiás), Go

lânia (Goiás), Uberaba-Uberlândia (Minas Gerais) e São Paulo. Só recentemente, produtores locais têm sido capazes de prover parte dos legumes consumidos na capital, especialmente, tomates, vagens, pimentão, alface e, ainda, algumas frutas. De qualquer forma, autoridades locais afirmam ser necessário a multiplicação e elevação do padrão da agricultura local para o atendimento do consumo de Brasília.

Tendo em vista as necessidades acima apontadas e os planos de desenvolvimento já elaborados pelas agências locais, a investigação que propusemos teve grande receptividade e contou com a colaboração de várias autoridades locais que não só ofereceram substancial ajuda material mas também preciosas sugestões na colaboração dos instrumentos de coleta de dados e planejamento de amostra. A colaboração mais direta foi recebida da Secretaria da Agricultura do Distrito Federal que, através de seu serviço de Extensão Rural, colocou vários técnicos rurais à disposição da pesquisa e também veículos para atingir as longínquas áreas rurais do Distrito Federal. Além disso, devemos mencionar a cooperação do IBRA que nos ofereceu preciosos dados cadastrais sôbre as propriedades e núcleos rurais que possibilitaram a montagem do plano de amostragem. Dados do Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e a participação direta da NOVACAP em diversas fases da investigação devem ser aqui também mencionadas. Finalmente, devemos destacar a decidida colaboração do Ministério da Educação e da Universidade de Brasília que nos emprestaram a melhor das ajudas materiais e pessoal.*

IV. Organização do Trabalho

O presente relatório é baseado em uma investigação empírica com 311 agricultores do Distrito Federal. Tais agricultores foram classificados segundo seu status relativo à posse da terra. Para fins dêste relatório, os agricultores entrevistados foram classificados em dois grupos, a saber: colonos (137) e invasores (174). Dêsse modo, apresentaremos os resultados da pesquisa relativos ao total de agricultores e também, separadamente, para os dois grupos. Dessa forma o leitor terá não só uma visão de conjunto da situação da agricultura no Distrito Federal mas também uma idéia das diferenças e similaridades existentes entre colonos e invasores.

Tendo em vista a grande extensão do questionário utilizado para entrevistar os informantes, o presente relatório restringir-se-à à apresentação de apenas alguns dados considerados mais relevantes para a elaboração de programas de ação na agricultura local. Para fins de maior clareza, dividiremos o relatório em quatro partes: As Áreas Estudadas e a Metodologia Empregada; Características da Agricultura Local; Análise das Condições Econômica-Sociais dos Agricultores; Conclusões e Comentários.

---

*A todas as organizações que nos ajudaram somos profundamente gratos e esperamos, com êste relatório e outros futuros, oferecer dados que sejam de alguma valia na elaboração de seus respectivos programas de ação.

V. As Áreas Estudadas e a Metodologia Empregada

Seleção das Áreas

Conforme mencionamos anteriormente, o Distrito Federal possue uma área de aproximadamente 6.000 km². Cêrca de 70% dessa área já foram desapropriadas pelo govêrno e, os restantes 30% englobam algumas fazendas cujo processo de desapropriação acha-se em andamento. Cêrca de 35% da área total foram destinados à construção dos elementos urbanos da capital incluindo o Plano Pilôto e tôdas as cidades satélites. Aproximadamente 17% da área total estão destinadas a orgãos governamentais como, por exemplo, Ministério da Aeronautica, Ministério da Agricultura, e se acham ainda inutilizadas na sua maior parte. Seis por cento da área foram destinados à construção de núcleos rurais sob a jurisdição da NOVACAP - Secretaria da Agricultura. Cêrca de 10% da área já foi desapropriada mas encontra-se tomada por invasores das zonas rurais.

Para o presente estudo, excluimos as antigas propriedades ainda não desapropriadas visto constituirem terras em transição pois espera-se sua desapropriação dentro de curto prazo. Foram ainda excluídas as áreas governamentais por não constituirem zonas agrícolas ativas. As áreas urbanas foram objeto de estudo a parte, conforme mencionamos. Dêsse modo, o presente relatório focalizará áreas de núcleos rurais e áreas ocupadas por invasores.

Dentre os dez núcleos rurais existentes em Brasília, escolhemos apenas seis. Com essa seleção, pretendemos estudar uma amostra que incluísse desde núcleos bem desenvolvidos até aquêles que ainda enfrentam sérias dificuldades para apresentar alguma produção significativa. O julgamento dêsses núcleos foi realizado utilizando-se os dados de produção e ainda as observações circunstanciais dos técnicos da Secretaria da Agricultura.

Dessa forma, foram selecionados os seguintes núcleos:

Quadro II - Núcleos Rurais Estudados no Distrito Federal

NÚCLEOS	Nro. DE LOTES OCUPADOS
Rio Prêto	100
Jardim ou Tabatinga	110
Taguatinga	63
Vargem Bonita	63
Sobradinho I	53
Sobradinho II	28

Para a seleção das áreas de agricultura de invasão, portanto, fóra dos núcleos rurais, utilizamos dados do Ministério da Saúde que mantém cadastro completo de todos os moradores da zona rural para fins de dedetização e erradização de moléstias endêmicas. Utilizamos ainda os dados cadastrais do IBRA e os mapas elaborados pela NOVACAP e Secretaria da Agricultura. Dessa forma, foi possivel isolar a região já desapropriada pelo govêrno mas ainda não beneficiada por programas de aproveitamento. Dentro dessa região, selecionamos uma amostra de áreas que, dada a sua situação geográfica em relação à cidade e sua densidade populacional, parecem ser bastante representativas do tipo de população que constitue os invasores rurais. Assim, foram selecionadas as seguintes áreas:

Vicente Pires, que está situada a sudoeste do Plano Pilôto e próxima à cidade satélite de Taguatinga. Tendo a maior parte de terrenos planos, cortada por cinco córregos e estando muito próxima aos grandes centros de consumo, Vicente Pires especializou-se em horticultura e hoje é a maior fornecedora de hortaliças para a população urbana.

A segunda área de invasão escolhida foi Ponte Alta que se localiza ao norte da cidade satélite do Gama. Com terrenos mais acidentados e também mais pobres, Ponte Alta concentrou-se no plantio de mandioca, milho e bananas.

Fercal, foi a terceira área de invasões escolhida. Ela se localiza ao norte da cidade satélite de Sobradinho. Trata-se de uma região que apresenta uma topografia bastante acidentada com grandes afloramentos de rochas calcáreas. Admite-se a existência de solos bastante férteis nessa área, porém, de difícil acesso. As culturas predominantes são milho, feijão, arroz e banana mas muitos dos invasores são também trabalhadores nas pedreiras existentes no local.

A seleção da última área recaíu sôbre Taquara, que se localiza próxima da cidade satélite de Planaltina. Região fértil porém afastada dos centros de consumo, Taquara apresenta uma agricultura rudimentar concentrada em arroz, milho, mandioca e banana.

Com excessão de Vicente Pires, o acesso às diferentes áreas de invasão e mesmo aos núcleos rurais é bastante difícil. Estradas precárias quando existem - e ausência total de meios coletivos de transporte tornam a colocação do produto agrícola nos mercados extremamente difícil para os produtores. Na maior parte dos casos, os produtores ficam a mercê de caminhões ou carroças que eventualmente cruzam suas terras em direção aos centros de consumo de Brasília. É bastante comum ainda o caminhar a pé às cidades satélites o que demanda em média 5 horas.

Examinando-se a distribuição das áreas estudadas no mapa geral do Distrito Federal, verifica-se uma concentração das mesmas ao longo de uma curva que corre no sentido nordeste-sudoeste. Essa é a região onde as desapropriações se fizeram com maior rapidez e, portanto onde se

localiza a maior parte dos colonos e invasores do Distrito Federal.

VI. Seleção da Amostra e Coleta de Dados

Dentro de cada núcleo e de cada área de invasão selecionamos uma amostra de agricultores. A existência de dados e mapas facilitou sobremaneira a seleção dos colonos dentro dos núcleos rurais que se fez sistematicamente tomando-se 1/4 como fração de amostragem. Assim, foram selecionados 26 colonos em Rio Preto, 26 no Jardim ou Tabatinga, 18 em Taguatinga, 18 em Vargem Bonita, 11 em Sobradinho I e 12 em Sobradinho II. A seleção de invasores dentro de cada área, entretanto, constituiu uma emprêsa bem mais complexa. Usando os dados do Ministério da Saúde colocamos em um mapa tôdas as residências de invasores ao longo dos córregos das áreas. E seguindo ainda um critério sistemático de 1/4, selecionamos os invasores ao longo dos córregos, 1 cada 4 casas. Dessa forma foram selecionados 49 invasores em Vicente Pires, 50 em Taquara, 51 em Ponte Alta e 50 na Fercal.

A todos os agricultores selecionados na amostra foi aplicado o mesmo tipo de questionário que reunia questões relativas à agricultura e às condições econômico-sociais dos agricultores assim como à sua adaptação e ajustamento no Distrito Federal. Tal questionário foi elaborado no Brasil e várias vêzes testado com a população da própria área de estudo de modo a ajustá-lo às peculiaridades linguísticas e culturais dos informantes.

Os questionários foram aplicados através de entrevistas realizadas por técnicos da Secretaria da Agricultura e prèviamente treinados para aquêle questionário. Os mesmos entrevistadores foram periòdicamente envolvidos em codificação das respostas não tanto para o adiantamento daquela tarefa mas, especialmente, para intensificar a sua familiarização com o questionário e com os objetivos da pesquisa. As entrevistas duraram em média 60 minutos embora o acesso aos lotes e a localização do informante consumiram não raro duas horas. Definiu-se como informante ou unidade amostral o indivíduo que tomava a maior parte das decisões na sua lavoura como, por exemplo, o que plantar, como plantar, quando colher, como colher, onde vender, etc. Na maior parte dos casos, êsse indivíduo coincidiu com o chefe do domicílio e foi, em geral, o homem casado mais velho da casa.

As respostas oferecidas pelos informantes foram devidamente analisadas na sua fidedignidade assim como foi controlada também a qualidade do serviço prestado pelos entrevistadores. Após codificação geral do questionário, todos os dados foram transferidos para cartões IBM e analisados em computadores da Universidade de São Paulo e, posteriormente, da Universidade de Wisconsin. O trabalho de coleta de dados iniciou-se em Outubro de 1966 e terminou em 15 de Dezembro do mesmo ano. A análise do material iniciu-se em Fevereiro de 1967 e continua ainda em andamento visto a extensão e complexidade dos dados coletados. Êste relatório focaliza, fundamentalmente, a parte descritiva do material e tem a pretensão de apresentar apenas resultados que indicam o estado

geral da agricultura da capital federal e os perfís econômico-social dos migrantes na área.

VII. A Agricultura no Distrito Federal

Conforme mencionamos acima, a agricultura no Distrito Federal é realizada principalmente em pequenos lotes de terra arrendados da NOVACAP- Secretaria da Agricultura ou simplesmente invadidos por trabalhadores rurais migrantes de várias áreas do país. Do ponto de vista técnico deveriamos reservar a denominação de "colonos" para os arrendatários que receberam lotes das agências governamentais de Brasília. Nêste relatório, entretanto, resolvemos estender esta denominação a um pequeno grupo de proprietários rurais e também a alguns meeiros que, como os primeiros, estão em vias de receber suas terras devidamente legalizadas pela NOVACAP. "Invasores", por outro lado serão considerados todos os agricultores que, não caindo em nenhuma das categorias anteriores, trabalham em terras sem nenhuma regularização legal e, muitas vêzes, sem mesmo a promessa de arrendamento. A divisão entre "colonos" e "invasores", apesar de incluir algumas categorias diversas de relações de propriedade, será ainda mais justificada no momento em que apresentarmos os dados que diferenciam os dois grupos, mostrando suas distintas formas de ligações com a terra.

Dos lados obtidos, verificamos que mais da metade dos agricultotes do Distrito Federal cai na categoria de invasores. São pessoas que declararam não possuir nem título legal de posse nem consentimento verbal das autoridades do govêrno para ocupar a terra que ocupam. Cêrca de 45% dos entrevistados declararam arrendar terras da NOVACAP e a maioria dêstes possue pequenos lotes variando de 10 a 50 hectares.

O regime de parceria é muito pouco desenvolvido no Distrito Federal. Apenas 2% dos informantes declararam possuir alguma relação de parceria. As áreas em parceria, porém, variaram entre 1 e 11 hectares. Na verdade, muitos informantes declararam que é mais fácil invadir um pedaço de terra e trabalhar por "conta própria" do que arranjar um bom parceiro o qual seriam divididos esforço e produção.

É interessante notar, porém, que mais de 1/3 dos agricultores que migraram para o Distrito Federal declararam ter sido proprietários rurais anteriormente. De fato, cêrca de 36% estavam nessas condições mas muitos dêles consideravam um "ganho" ter deixado de ser proprietário para hoje ser um arrendatário da NOVACAP. Há, por outro lado, muitos agricultores que declararam estar experimentando uma grande derrocada econômica nos últimos anos devido a motivos vários como, por exemplo, perda de terra, acidentes climáticos, falta de amparo técnico e creditício, inflação, competição de outros mercados, etc. Entre os que declararam ser proprietários, acreditamos que sua maioria se referia a pequenos pedaços de terra muitas vêzes inesplorados, recebidos como herança ou mesmo como parte de trabalho em parceria. De fato, 36% dos informantes afirmaram ter trabalhado em regime de parceria.

Uma primeira diferença pode ser notada entre colonos e invasores nêste ponto. De modo geral, podemos dizer que os colonos do Distrito Federal ocupavam posições mais elevadas do que os invasores no que se refere ao seu status no sistema de posse da terra. De fato, cêrca de 50% dos colonos declararam terem sido proprietários da terra mesmo antes de irem para o Distrito Federal; entre os invasores, apenas 26% caem nessa categoria. Por outro lado, apenas 30% dos colonos trabalhavam em parceria antes da mudança enquanto que 40% dos invasores assim o faziam. Apenas 28% dos colonos foram trabalhadores rurais diaristas; 34% dos invasores caem nessa categoria. Vinte por cento dos colonos foram arrendatários contra 27% dos invasores.

Atualmente, cêrca de 78% dos agricultores trabalhavam em suas terras sòzinhos, sem a ajuda de nenhm empregado. Apenas 12% dos informantes declararam possuir uma pessôa que os ajuda; 5% possuem duas; 3% possuem três; 2% possuem mais do que três pessoas trabalhando em seus lotes.

O pequeno número de pessoas trabalhando na terra associado com a a escassês de mecanização agrícola, constitui um primeiro indicador da precariedade da agricultura no Distrito Federal. De fato, apenas 19 % dos informantes declararam explorar suas terras como emprêsa agrícola, isto é, desenvolvendo sua produção predominantemente para comercialização. Cêrca de 45% dos agricultores do Distrito Federal ainda tem em sua atividade agrícola apenas um meio para subsistência, isto é, tudo o que é produzido é consumido por suas próprias famílias. E, cêrca de 36% localizam-se na categoria intermediária, ou seja, vendem parte de sua produção quando as safras permitem e consomem o resto. Nêste ponto surge uma segunda diferença significativa entre colonos e invasores. Enquanto os primeiros destinan cêrca de 30% de sua produção aos mercados, os invasores não ultrapassam a 10%.

Apesar da precariedade e do baixo nível da produção agrícola no Distrito Federal, cêrca de 87% dos informantes concentram tôda a sua atividade em agricultura; apenas 5% dos informantes dedicam-se à criação de gado como faziam os seus antecessores, antes do advento de Brasília. Quatro por cento dividem suas atividades entre agricultura e pecuária.

Conforme indicamos anteriormente, a colocação do produto agrícola nos mercados consumidores de Brasília constitui sério problema tendo em vista a escassês de veículos próprios ou coletivos e a precariedade das estradas na região. Na verdade, muitos dos agricultores localizam-se em meio de áreas de difícil acesso, de desfavoráveis configurações mas ao longo dos córregos. Assim o fazem, porque tais manchas de terra são as que lhes parecem ser as de solo mais rico.

Em sua maioria, os produtores procuram colocar sua produção nas cidades satélites mais próximas aos seus lotes. Assim, 33% dos informantes declararam alocar sua produção em Sobradinho e redondezas; 15% destinam seus produtos a Planaltina e Formosa, 12% chegam com suas

safras ao maior centro distribuidor de alimentos, ou seja, ao Núcleo Bandeirante. O restante divide-se entre Taguatinga, Gama, Plano Pilôto e Ponte Alta. Isso indica que poucos são os agricultores capazes de colocar seus produtos nos mercados de maior consumo do Núcleo Bandeirante. Seus produtos raramente apresentam o volume e a qualidade necessários para aquêles mercados. É preciso notar, porém, que muitos são aquêles que, ao colocarem suas mercadorias em Sobradinho, por exemplo, o fazem nas mãos de intermediários que se incumbem de acumular e selecionar os produtos para então levá-los aos mercados de maior consumo.

A. Terras em Cultivo e Produtividade Agrícola

Entre as principais culturas desenvolvidas pelos agricultores do Distrito Federal destacam-se o milho, feijão, arroz, mandioca e hortaliças. Essas são também as culturas mais comercializadas na área e, segundo a opinião dos agricultores, as que mais se ajustam às condições do solo locais. Devemos notar, porém, que certos agricultores se dedicam a outras culturas e muitos dêles chegam a se especializar em uma ou duas. Êsse é o caso de colonos e invasores de Taguatinga e Vicente Pires que concentram grandes esforços na produção de frutas. Devemos destacar ainda um pequeno grupo de agricultores japonêzes que se dedicam a culturas mais especializadas, além dos produtos mais comercializáveis indicados acima. Êsse é o caso do agricultores que produzem grandes quantidades de melancia, abóbora, e também morangos.

A quantidade de área cultivada é uma variável direta da fôrça empresarial de cada agricultor. Aquêles que se dedicam predominantemente à agricultura de subsistência tendem a possuir menor área cultivada do que os que se concentram em produção para o mercado. Na entrevista realizada, procuramos indagar sôbre a quantidade de terras que os agricultores mantinham sob cultivo para fins de comercialização. O Quadro III resume os resultados obtidos:

Quadro III - Área e Produtos Cultivados pelos Agricultores do Distrito Federal

Número de Hectares Cultivados	INVASORES						
	Milho	Arroz	Mandioca	Feijão	Hortaliça	Frutas	Outras
Nenhum	39	127	53	97	145	94	153
1	70	39	82	57	22	49	12
2-5	63	8	38	19	7	28	9
Mais de 5	2	--	1	1	--	1	--
TOTAL	174	174	174	174	174	174	174

Números de Hectares Cultivados	COLONOS						
	Milho	Arroz	Mandioca	Feijão	Hortaliça	Frutas	Outras
Nenhum	48	103	43	85	83	59	116
1	53	19	62	32	28	36	11
2-5	32	13	27	18	19	34	8
Mais de 5	2	1	4	1	6	2	1
TOTAL*	135	136	136	136	136	136	136

*A diferença entre os totais de cada coluna e o número de colonos (137) que compõe a amostra decorre dos casos sem resposta.

Os resultados apresentados no Quadro III confirmam o fato de que a agricultura no Distrito Federal vem se processando em pequenas áreas com aproveitamento variado segundo o status do agricultor. Como se pode notar, existe ligeira tendência indicando que os colonos utilizam mais terras do que os invasores.

Níveis de Produtividade Agrícola

Como sabemos, o estudo de produtividade é sempre uma matéria complexa, especialmente quando não se conta com estatísticas sistemáticas como é o caso de Brasília. Portanto, os dados oferecidos a seguir devem ser encarados como estimativas grosseiras da produtividade agrícola e são aqui apresentados em caráter pioneiro pois, até a data da pesquisa, nenhum estudo rigoroso havia sido realizado no sentido de fornecer dados sôbre o padrão de produtividade no Distrito Federal. Ao apresentar os resultados, desejamos também explicitar os critérios usados para que o leitor tenha idéia das virtudes e limitações dos dados.

1. Um primeiro problema que se impôs no estudo da produtividade foi o do estabelecimento de padrões de comparação. O que deveria ser considerado um nível "alto" de produção de milho, por exemplo? Deveríamos comparar com as médias brasileiras ou levar em conta as peculiaridades locais, especialmente a pobreza do solo? Em vista da inexistência de dados, resolvemos comparar a produção de milho e outras culturas do Distrito Federal com a média obtida no estado de Goiás que nos pareceu o padrão mais aproximado visto certa similaridade de solos, condições climáticas, e de colonização. Dados nêste sentido foram obtidos no IBGE e Secretaria da Agricultura.

2. Um segundo problema seria o período a ser considerado. Deveríamos analisar a produtividade nos últimos mêses, ou nos últimos anos?

O ideal, evidentemente, seria a análise do fenômeno através de uma série de anos. Entretanto, Brasília é em sí um fenômeno recente, e a ocupação das áreas rurais do Distrito Federal é ainda mais recente. Contávamos com agricultores trabalhando na área há menos de um ano e outros que eram antigos habitantes dos municípios que deram origem ao Distrito Federal e, portanto, residiam na área quase tôda a vida. Em vista desta variedade, resolvemos estudar apenas aquêles que plantaram determinado produto no ano agrícola 1965-66 e colheram em 1966. Dessa forma, tomamos em conta a área plantada, em hectares, e o volume de produção colhida.

3. Um outro problema encontrado foi o da padronização das medidas. Muitos colhiam "sacos" de milho, outros "carros", e outros "quilos". A diversidade de medidas foi encontrada pràticamente em tôdas as culturas. Por essa razão, foi necessário um trabalho prévio de padronização das medidas para que então se pudesse avaliar e comparar os volumes produzidos. Assim, uma tabela de conversão foi organizada cobrindo tôdas as culturas cultivadas na área. Em seguida, estabelecemos o rendimento médio por hectare para cada cultura e esta razão é que veio determinar critérios usados para avaliar a produtividade de cada cultura.

Seguindo os critérios acima, construímos um Quadro que apresentava os intervalos dentre os quais cada uma das culturas e cada agricultor foram julgados.

Quadro IV - Padrões para Estudo da Produtividade Agrícola no Distrito Federal

DA PRODUÇÃO DA EMPRÊSA RURAL - D.F.

1 : baixa
2 : média
3 : alta

MILHO	1 - 13 a 30 sacos de 60 kg. por ha. 2 - 31 a 55 " de " " " " 3 - 56 a 72 " de " " " "
ARROZ	1 - 09 a 22 sacos de 60 kg por ha. 2 - 23 a 40 " de " " " " 3 - 41 a 52 " de " " " "
MANDIOCA	1 - 2.400 a 3.000 kg. por ha. 2 - 3.001 a 6.000 " por " 3 - 6.001 a 10.000 " por "
FEIJÃO	1 - 2 a 8 sacos de 60 kg. por ha. 2 - 8 a 15 " de " " por " 3 - 15 a 32 " de " " por "
TOMATE	1 - 1.000 a 1.499 caixas de 25 kg. por ha. 2 - 1.500 a 1.999 " de " " por " 3 - 2.000 a 2.500 " de " " por "
ABÓBORA	1 - 0.500 a 0.999 caixas por ha. 2 - 1.000 a 1.999 " por " 3 - 2.000 a 2.772 " por "
BANANA	1 - 070 a 090 cachos por ha. 2 - 100 a 140 " por " 3 - 150 a 200 " por "
TANGERINA LARANJA E LIMÃO	1 - 100 a 190 caixas por ha. (de 200 pés de 3 anos) 2 - 200 a 349 " por " (" " " " " ") 3 - 350 a 400 " por " (" " " " " ")
ABACAXI	1 - 1.000 a 2.899 unidades por ha. 2 - 3.000 a 4.999 " por " 3 - 5.000 a 6.000 " por "
MELANCIA	1 - 300 a 499 unidades por ha. 2 - 500 a 799 " por " 3 - 800 a 1.000 " por "
FRUTAS (mangas)	1 - 200 a 499 caixas por 100 pés por ha. 2 - 500 a 799 " por " " por " 3 - 800 a 1.000 " por " " por "

CANA	1 - 3.000 a 6.000 unidades por ha.
	2 - 6.001 a 8.000 " por "
	3 - 8.001 a 12.000 " por "
FLÔRES	1 - 080 a 100 dúzias por ha.
	2 - 101 a 130 " por "
	3 - 131 a 150 " por "
BATATA DÔCE	1 - 1.500 a 2.800 kg. por ha.
	2 - 2.801 a 4.000 " por "
	3 - 4.001 a 6.000 " por "

O quadro V resume os níveis de produtividade para as principais culturas no Distrito Federal. Como se nota, a grande maioria dos agricultores apresenta um nível baixo de produtividade em tôdas as culturas cultivadas. Níveis mais altos são um pouco mais frequentes nas culturas de legumes, milho e feijão.

Quadro V - Níveis de Produtividade Relativos ao Cultivo do Milho, Arroz, Mandioca, Feijão e Legumes no Distrito Federal.

Nível de Produtividade	Porcentagens				
	Milho	Arroz	Mandioca	Feijão	Legumes
Baixo	86,0	87,0	80,0	79,0	69,0
Médio	12,0	9,0	10,0	12,0	17,0
Alto	2,0	4,0	10,0	9,0	14,0
TOTAL*	100,0 (N=205)	100,0 (N=68)	100,0 (N=172)	100,0 (N=112)	100,0 (N=64)

*Apenas os que plantaram e colheram as culturas consideradas.

Um aspecto mais importante, todavia, é o de se estabelecer o efeito do status no sistema de posse da terra sôbre a produtividade agrícola. Como se recorda o leitor, encontramos em Brasília a existência das duas hipóteses, ou seja, a que afirmava ser a produtividade dos invasores mais alta do que a produtividade dos colonos e outra que sugeria o opôsto. Os dados apresentados no Quadro VI mostram, em primeiro lugar, que o nível de produtividade é igualmente baixo tanto entre os invasores como entre os colonos e para tôdas as culturas principais. Em segundo lugar, constatamos uma ligeira variação entre os dois grupos no que se refere à ênfase numa ou em outra cultura. Assim por exemplo, 125 dos 174 invasores, ou seja, 72% plantaram e colheram milho no ano de 1965-66; essa mesma cifra atinge a apenas 58% entre os colonos. Na cultura do arroz, os dois grupos se igualam, ou seja, 21%

e 23% dos invasores e colonos, respectivamente, cultivaram o arroz. No cultivo da mandioca os números s~de 60% e 50%, portanto, com ligeira maior tendência entre os invasores; no cultivo do feijão, 39% e 32% respectivamente, para invasores e colonos. Uma sensível diferença surge, porém, no cultivo de legumes. Apenas 22 invasores, portanto, 13% dedicaram-se ao cultivo de hortaliças contra 42 colonos, ou seja, 31%.

Quadro VI - Níveis de Produtividade Relativas ao Cultivo do Milho, Arroz, Mandioca, Feijão e Legumes dos Invasores e Colonos.

Nível de Produtividade	Porcentagens				
	Milho	Arroz	Mandioca	Feijão	Legumes
			INVASORES		
Baixo	85,0	91,0	83,0	81,0	77,0
Médio	13,0	3,0	10,0	10,0	18,0
Alto	2,0	6,0	7,0	9,0	5,0
TOTAL	100,0 (N=105)	100,0 (N=36)	100,0 (N=104)	100,0 (N=68)	100,0 (N=22)
			COLONOS		
Baixo	89,0	81,0	85,0	85,0	64,0
Médio	10,0	16,0	12,0	14,0	17,0
Alto	1,0	3,0	13,0	11,0	19,0
TOTAL*	100,0 (N=80)	100,0 (N=32)	100,0 (N=68)	100,0 (N=44)	100,0 (N=42)

*Apenas os que plantaram e colheram as culturas consideradas.

Portanto, verificamos no parágrafo acima que mandioca e milho gozam da preferência dos invasores enquanto que os colonos concentram-se também em legumes. O Quadro VI, porém, mostra que, com excessão do milho, os invasores são sempre mais frequentes entre os que apresentam baixa produtividade agrícola. De modo geral, os colonos são mais frequentes nos níveis de produtividade alta nas culturas da mandioca, feijão, e legumes. Portanto, a comparação de invasores e colonos dá ligeira vantagem aos colonos no que se refere aos níveis de produtividade agrícola, com excessão do caso da mandioca.

3. Fatores Associados a Produtividade Agrícola

Evidentemente, o simples fato de um agricultor ser invasor ou colono não pode explicar as razões de sua produtividade ou das diferenças de produtividade encontradas entre os dois grupos. O sucesso na agricultura é sempre um fenômeno decorrente da combinação de um grande número de fatôres, alguns ligados às próprias condições naturais da lavoura, outros decorrentes da existência e uso de recursos econômicos, e, finalmente, muitos provenientes do elemento humano.

Nesta secção procuraremos apresentar alguns dados que refletem a utilização de recursos por parte dos agricultores do Distrito Federal. De modo geral a posse de instrumentos agrícolas entre os lavradores de Brasília é um fenômeno raro. Apenas 4% dos informantes (invasores e colonos) possuiam arado, 6% trator, 3% tinham plantadeiras e 8% utilizavam carpideiras. Cifras mais altas são encontradas para polvilhadeira manual (12%), veículo motorizado para transporte (13%), motobombas (14%), pulverizador (28%), e plantadeira manual (30%).

O estudo do Quadro VII, entretanto, mostra uma sensível diferença entre invasores e colonos no que se refere à posse de implementos agrícolas. Nenhum invasor declarou possuir trator ou arado de disco enquanto cêrca de 15% e 10% dos colonos informaram possuir tais equipamentos.

Quadro VII - Posse de Equipamentos Agrícolas entre Agricultores do Distrito Federal

EQUIPAMENTOS	INVASORES %	COLONOS %
Arado de Tração Animal	3,4	16,1
Arado de Disco	0,0	10,2
Trator de Roda ou Esteira	0,0	14,6
Plantadeira	0,6	3,6
Carpideira	2,3	15,3
Raspadeira de Mandioca	2,9	5,8
Polvilhadeira Manual	3,4	23,4
Carreta	5,2	13,9
Caminhão, Camioneta, ou 'Jeep'	4,0	23,4
Motobomba	4,0	27,7
Carneiro Hidràulico	0,6	7,3
Pulverizador	16,1	45,3
Plantadeira Manual	19,0	43,1

A diferença encontrada na posse de certos implementos reflete também diferenças nas atividades agrícolas entre colonos e invasores. Como vimos, o cultivo de hortaliças é bastante mais acentuado entre os colonos do que entre os invasores daí a diferença na posse de, por

exemplo, pulverizador, polvilhadeira manual, etc. No entanto, especialização em certas culturas não pode explicar totalmente as diferenças na posse do equipamento. Evidentemente, estamos aqui tratanto de dois grupos econômicamente diferentes e, talvez, socialmente distintos. De fato, apenas 1% dos informantes levou equipamentos a motor para o Distrito Federal; 50%, entretanto, lá chegaram com ferramentas manuais, bàsicamente, enxadas, pás, e outros instrumentos rudimentares. Cêrca de 45% dos migrantes mudaram-se sem absolutamente nada no que se refere a equipamentos.

Recursos em dinheiro foram igualmente escassos entre os migrantes do Distrito Federal. O quadro VIII mostra que quase 40% dos agricultores foram para a nova área sem nenhum recurso financeiro. Cêrca de 18% lá chegaram com uma importância em dinheiro correspondente a um salário-mínimo da epóca. Treze por cento tinham cêrca de 5 salários-mínimos e 11% possuiam de 10 a 15 salários-mínimos.

Quadro VIII - Importância em Dinheiro Trazida pelos Agricultores no Distrito Federal

IMPORTÂNCIAS*		AGRICULTORES	
Nada		121	39
1	Salário Mínimo	55	18
5- 9	" "	40	13
10-19	" "	34	11
20-59	" "	22	7
60-100	" "	13	4
Mais de 100	" "	19	6
Sem Resposta e Não se Aplica		7	2
TOTAL		311	100,0

*O cálculo das importâncias trazidas em têrmos de salários-mínimos teve por objetivo controlar os efeitos desvalorizadores da inflação pois tivemos na amostra agricultores vindos com diversas importâncias em diferentes épocas.

Como se verifica, a população migrante para o Distrito Federal, em sua maioria tinha poucas condições para enfrentar os gastos de compra de equipamentos agrícolas e corretivos para o solo. Embora os colonos tenham trazido de modo geral, mais recursos do que os invasores, tal diferença é insignificante. Assim, podemos dizer que a população agrícola do Distrito Federal lá chegou, em sua maioria, desprovida dos recursos mínimos para enfrentar os sérios problemas de solo, financiamento e transporte da produção. Porém, as diferenças que ora favorecem aos colonos no que se refere à posse de equipamentos agrícolas (Quadro VII) devem ser interpretadas, talvez, como um indicador de seu maior sucesso agrícola em comparação com os invasores.

C. Conhecimento Sôbre Práticas Agrícolas

Ao lado da posse de equipamentos agrícolas e recursos financeiros, procuramos ainda estabelecer o montante de conhecimentos sôbre práticas agrícolas e outros modos de manipular recursos no sentido de resolver problemas. Por isso, procuramos estabelecer não só quanto os agricultores estavam familiarizados com certas práticas agrícolas mas também qual o uso que êles vinham fazendo delas. Em primeiro lugar, procuramos concentrar nossa atenção àquelas práticas que, por sua natureza, seriam mais aplicáveis às condições da agricultura da capital federal. O Quadro IX resume os resultados referentes ao uso de diversas práticas agrícolas na amostra total e também nos dois grupos de agricultores.

Quadro IX - O Uso de Práticas Agrícolas entre Agricultores do Distrito Federal.

PRÁTICAS	AMOSTRA TOTAL		INVASORES		COLONOS	
	N	%	N	%	N	%
Milho Híbrido	182	60,0	99	58,0	83	63,0
Inseticidas	127	42,0	51	30,0	74	57,0
Fungicidas	106	36,0	37	23,0	69	53,0
Formicidas	175	56,0	80	46,0	95	70,0
Ração Balanceada para Aves	57	21,0	19	13,0	38	31,0
Ração Balanceada para Porcos	37	17,0	13	13,0	24	24,0
Vacinação de Porcos	54	26,0	23	21,0	31	31,0
Vermicida	53	26,0	22	21,0	31	31,0
Vacinação de Gado	14	18,0	1	4,0	15	25,0
Sal para Gado	29	37,0	4	15,0	25	50,0
Adubo Químico	109	36,0	41	24,0	68	50,0
Sal ou Calcáreo	87	29,0	28	17,0	59	43,0
Escrituração	55	18,0	15	9,0	40	30,0

Antes de comentarmos alguns aspectos do quadro acima convém reafirmar que, nêsse quadro, levamos em conta apenas o uso de práticas que eram aplicáveis em cada caso. Assim, por exemplo, para muitos agricultores o uso de vacinação de gado constituia uma prática pouco significante pois êles nunca trabalharam em pecuária e nem estavam criando gado no momento da pesquisa. Por isso, calculamos as percentagens de uso apenas dentre aquêles que estavam então engajados na criação de gado. Assim fazendo, acreditamos estar trabalhando com números mais realistas uma vez que eliminamos, em cada instância, os casos em que o uso de uma determinada prática é totalmente irrelevante. Por exemplo, 13 invasores estavam usando ração balanceada para porcos. Isso significa que existiam cem invasores criando porcos e apenas 13 estavam usando aquela prática. Portanto, 74 invasores foram eliminados nêste caso por não se en-

quadraram no critério acima.

Dada esta explicação, podemos ressaltar agora que, de modo geral, o uso das práticas estudadas no Quadro IX é bastante reduzido. Apenas milho híbrido e formicidas eram usados com maior frequência (mais da metade em ambos os grupos). Em todos os outros casos, o uso dos ítens acima é praticado por cêrca de 20 a 30% dos agricultores.

Diferenças marcantes existem, porém, entre invasores e colonos. Em tôdas as práticas examinadas, verificamos que os colonos as utilizam sempre mais do que os invasores e as diferenças são sempre grandes. Êste parece ser um indicador claro dos efeitos da assistência técnica recebida pelos colonos nos núcleos rurais mantidos pela Secretaria da Agricultura. Evidentemente, devemos salientar ainda que os colonos parecem ter um passado mais longo no conhecimento e uso das práticas mencionadas. Muitos dêles já utilizavam tais práticas mesmo antes de migrarem para o Distrito Federal.

D. Canais de Informação Agrícola

Mas quais são os canais de informação - se algum - usados pelos agricultores como fim de obter informações gerais e especializadas sôbre agricultura e práticas agrícolas? No sentido de responder essa pergunta, procuramos desenvolver nas entrevistas uma série de perguntas que captasse o gráu de desenvolvimento dos agricultores com as diversas agências locais assim como com os meios de comunicação existentes na área.

Cêrca de 45% dos informantes indicaram usar o rádio como principal veículo de informações sôbre a agricultura. Apenas 2% referiram-se à televisão, 20% a jornais, 20% a revistas. Por outro lado 30% afirmaram obter suas informações através de técnico agrícola, enquanto 15% informavam-se dos comerciantes e, a grande maioria 61%, buscavam informações com outros agricultores da área.

Examinando-se os dois grupos de agricultores separadamente no Quadro X, verificamos que os colonos, mais do que os invasores, tendem a utilizar com maior frequencia os meios escritos de comunicação à massa (jornais e revistas). O rádio, constituiu uma importante fonte de informação para os dois grupos, embora um pouco mais utilizado entre colonos.

Duas fontes pessoais foram mencionadas no inquérito com mais frequência: técnicos agrícolas, incluindo o agrônomo, e outros agricultores. É interessante notar que, nestas fontes, os colonos tendem a depender mais do técnico agrícola enquanto os invasores se utilizam mais de outros agricultores. No caso dos comerciantes, que também constituem uma fonte pessoal e direta de informação, verifica-se seu maior uso por parte dos colonos do que dos invasores. Isso decorre, evidentemente, do fato de que os colonos comercializam mais seus produtos e entram em contato mais frequentes com os comerciantes.

Quadro X - Fontes de Informações Agrícolas Utilizadas no Distrito Federal

FONTES DE INFORMAÇÃO	INVASORES %	COLONOS %
Rádio	41,4	48,9
Televisão	1,7	2,2
Jornal	12,6	29,2
Revistas	9,2	32,1
Técnicos Agrícolas	29,9	43,8
Comerciantes	11,5	19,7
Outros Agricultores	64,4	56,9

Dentro desta mesma linha de preocupações, procuramos verificar quais são os meios de comunicação usados para obter informações sôbre três práticas específicas, ou seja, o milho híbrido, inseticidas, e preços dos produtos agrícolas.

Quadro XI - Fontes de Informações Sôbre Milho Híbrido e Inseticidas Usados por Invasores e Colonos do Distrito Federal

FONTES DE INFORMAÇÃO	MILHO HIBRIDO				INSETICIDAS			
	INVASORES		COLONOS		INVASORES		COLONOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Serviços de Assistencia à Agricultura	19	11,0	38	27,8	16	9,2	35	25,5
Outros Agricultores	98	56,3	59	43,1	76	43,7	47	34,3
Meios de Comunicação à Massa.	7	4,0	7	5,1	13	7,5	10	7,3
Outras Organizações	18	10,3	4	2,9	10	5,7	3	2,2
Nao se Aplica	24	13,3	15	10,9	53	30,5	23	16,8
Sem resposta	8	4,6	14	10,2	6	3,4	19	13,9
TOTAL	174	100,0	137	100,0	174	100,0	137	100,0

O Quadro XI mostra, igualmente, a grande importância dos contatos pessoais informais com outros agricultores e a insignificancia dos meios de comunicação em massa. Da mesma forma, colonos utilizam mais os serviços de assistência agrícola do que os invasores na obtenção de conhecimentos sôbre o milho híbrido. O mesmo fenômeno foi observado no que tange aos inseticidas. No que se refere aos prêços, tanto invasores como colonos utilizam básicamente as mesmas fontes de informação para avaliar os seus produtos, isto é, o próprio mercado (Ver Quadro XII)

Quadro XII - Fontes de Informação Sôbre Prêços do Produto Agrícola Usadas Pelos Agricultores do Distrito Federal

FONTES DE INFORMAÇÃO	INVASORES		COLONOS	
	N	%	N	%
Nenhuma	10	5,7	6	4,4
Mercado	123	70,7	103	75,2
Comerciante	26	14,9	7	5,1
Amigo ou Parente	6	3,4	8	5,8
Radio ou Jornais	9	5,2	12	8,8
Sem Resposta	0	0,0	1	0,7
TOTAL	174		137	

Finalmente convém ressaltar que os agricultores do Distrito Federal, apesar de se utilizarem pouco de canais formais de comunicação (pois êstes são escassos), baseiam-se grandemente em contatos pessoais para a obtenção de conhecimento. Além do mais, tanto invasores como colonos atribuem grande importância à assistência técnica à agricultura. Cêrca de 94% dos informantes declararam que a assistência técnica à agricultura é um fator de grande importância para seu próprio sucesso na lavoura. Queixas contra o desamparo técnico e creditício foram frequentes durante as entrevistas.

Cêrca de 45% dos informantes conhecem um agrônomo ou técnico agrícola na área do Distrito Federal mas são muito poucos os que mantêm contatos com aquêles técnicos. Entre os colonos, cêrca de 58% declararam ter notícia da existência de agrônomos e técnicos agrícolas na área; entre os invasores, obtivemos apenas 33%. Quase todos os informantes declararam necessitar de muito mais conhecimentos para enfrentar os difíceis problemas de solo do Distrito Federal. A uma das perguntas do questionário, 97% dos informantes afirmaram que se tivessem um pouco mais de conhecimentos técnico seriam capazes de obter melhores colheitas. Cêrca de 97% também disseram que estariam dispostos a serem submetidos a treinamento específico, caso o govêrno organizasse um programa de extensão rural efetivo. De fato, parece que todos estão a esperar por "dias melhores" naquela área. Apenas 3% dos informantes manifestaram o interêsse de abandonar a agricultura, embora cêrca de 11% estivessem considerando sair do Distrito Federal, iniciando assim uma nova etapa em seu processo migratório em direção a terras melhores. Devemos mencionar, entretanto, que o número de colonos que desejam abandonar o Distrito Federal é proporcionalmente maior do que o dos invasores. Em nossa amostra, obtivemos cêrca de 13% dos colonos com firme propósito de sair do Distrito Federal, contra 8% dos invasores. É necessário dizer, porém, que em face da sua condição ilegal, os invasores sempre tiveram bastante relutância em declarar que desejavam sair do Distrito Federal. Apesar de todos os cuidados tomados no sentido de não identificarmos o presente estudo como uma ação governamental, é provável que não tenhamos conseguido eliminar completamente, entre os invasores, o receio de um despêjo da terra. Por essa razão, a decisão em ficar ou sair do Distrito Federal deve ser analizada com certa cautela e nunca ser tomada como um indicador da satisfação do migrante na área ou como um antecipador de novas mudanças. Vários estudos sôbre migrações internas têm demonstrado ser frequente o caso do migrante que declara não ter intenção de mudar e, dias depois se muda, não podendo ser encontrado para re-entrevista.

Os agricultores entrevistados refletiram satisfações e dissatisfações com respeito às suas condições de trabalho no Distrito Federal. Aproximadamente 23% declararam estar satisfeitos com as oportunidades de plantar e colocar seus produtos na área. Uma pequena minoria de 16% mostrou-se favorável aos serviços disposíveis e à assistência técnica oferecida pelas agências que operam na capital federal. Na verdade, esta é a maior fonte de descontentamento dos agricultores, mais da medade dêles, (55%), declararam não possuir suficiente assistência téc-

nico-material. Outra séria fonte de insatisfação, especialmente para os invasores, diz respeito a legalização,do título da posse da terra. Cêrca de 57% dos invasores, cujos processos de arrendamento não se encontravam nem em andamento, aspiram possuir um lote em um dos núcleos rurais da Secretaria da Agricultura. Dentre os núcleos mais escolhidos, encontramos, pela ordem, Taquara, Rio Prêto, e Taguatinga. Cêrca de 40% dos informantes acham-se satisfeitos com o clima e o que isso representa para sua saúde e de seus familiares no Distrito Federal. De fato, as favoráveis condições climáticas do Planalto Central foram notadas igualemnte pela população rural e pela urbana.

Uma grande maioria de agricultores, aproximadamente 70%, acredita ter capacidade para pagar empréstimos para a compra de sementes, fertilizantes e equipamentos. Indagando quais foram os agricultores que se utilizaram de empréstimos para compra de fatores de produção nos últimos cinco anos, obtivemos, entretanto, os seguintes resultados: 3% usaram crédito para a compra de gado e outros animais, 6% tiveram facilidades para adquirir máquinas e ferramentas agrícolas, cêrca de 9% conseguiram financiamentos para comprar sementes e 12% para fertilizantes. De modo geral, os colonos apresentaram um nível de utilização de crédito um pouco mais elevado do que os invasores nos ítens acima mencionados.

Para resumir, podemos dizer que, de modo geral, a agricultura praticada no Distrito Federal, apresenta aspectos bastante rudimentares, com o cultivo de produtos de baixo valor comercial, em pequenas quantidades. Os dados mostraram ainda que grande parte da produção agrícola destina-se a subsistência das famílias residentes na área. Diferenças foram observadas entre colonos e invasores. Êstes possuem, em geral, menos terra e apresentam um nível de produção mais baixa do que os colonos. Invasores são pessoas que migraram para o Distrito Federal desprovidos de recursos técnicos e financeiros. Os colonos trouxeram importâncias maiores em dinheiro e certos equipamentos que indicavam firme disposição de se estabelecerem no Distrito Federal. As implicações dos resultados analisado assim como das diferenças entre os dois grupos serão apresentadas na parte final dêste trabalho.

VIII. Características Econômico-Sociais

Nas seções anteriores focalizamos vários resultados que refletem as condições em que é praticada a agricultura no Distrito Federal e algumas diferenças existentes entre invasores e colonos no que se refere à produtividade agrícola, conhecimento de práticas agrícolas e outros aspectos. Nesta secção vamos concentrar nessa atenção no estudo dos aspectos econômicos, sociais, demográficos, e nos fenômenos decorrentes dêsses aspectos. Ênfase especial será dada aos fenômenos de migração, adaptação e ajustamento do migrante na área rural da capital federal.

A. Mobilidade Geográfica

Estima-se que existem cêrca de 16.000 pessoas habitando as áreas rurais do Distrito Federal. Cêrca de 90% das famílias migraram de outras áreas e 10% são nativos dos municípios que vieram constituir o então Distrito Federal. Os dados amostrais indicam que mais da metade da população rural (54%) está residindo no Distrito Federal antes mesmo de sua inauguração, que foi em 1960. Tratam-se de pessoas que para lá se dirigiram assim que se iniciaram as obras de construção de Brasília e viam grandes possibilidades na exploração da agricultura. É interessante notar que êstes migrantes foram diretamente para as áreas rurais e, ao contrário do que se acredita em Brasília, não pararam na zona urbana para "tentar nova vida". Aproximadamente 40% dos informantes porém, podem ser considerados migrantes recentes, isto é, chegaram em Brasília após a sua inauguração oficial. Colonos e invasores apresentam os mesmos característicos nêste aspecto.

A migração para o Distrito Federal foi feita, na sua maioria, em grupos, isto é, marido, mulher e filhos. Cêrca de 60% dos informantes mudaram para a área juntamente com espôsa e filhos; 28% eram solteiros e se casaram após a mudança; apenas 12% dos informantes foram sòzinhos e depois trouxeram espôsa e filhos.

Os agricultores do Distrito Federal são da mais variada procedência geográfica. O grupo de maior frequência (38%) veio das próprias regiões centrais do Brasil, a saber, Goiás e Mato Grosso. Em segundo lugar, com 20%, aparecem os migrantes oriundos da região leste, incluindo Espírito Santo e Minas Gerais. Em seguida, estão os indivíduos que se mudaram de São Paulo, Guanabara e Estado do Rio de Janeiro (17%). O estado da Bahia, isoladamente, forneceu cêrca de 7% dos atuais agricultores de Brasília, e os demais estados do nordeste, 12%. Da região norte, encontramos apenas 4% de migrantes. Os dois grupos minoritários são os migrantes do extremo sul do Brasil, 1%, e os estrangeiros, bàsicamente japoseses, com também 1%.

O quadro XIII, entretanto, mostra que existe sensível variação no que se refere à procedência entre invasores e colonos, especialmente, nas categorias sul industrial, leste, centro e nordeste.

Quadro XIII- Regiões de Procedência dos Agricultores do Distrito Federal

REGIÕES GEOGRAFICAS	INVASORES N	INVASORES %	COLONOS N	COLONOS %
Sul	2	1,1	3	2,2
Sul Industrial	21	12,1	31	22,6
Leste	42	24,1	20	14,6
Central	56	32,3	61	44,5
Bahia	19	10,9	2	1,5
Nordeste	27	15,5	9	6,6
Norte	7	4,0	7	5,1
Estrangeiro	0	0,0	4	2,9
Sem Resposta	0	0,0	0	0,0
TOTAL	174	100,0	137	100,0

SUL: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; SUL INDUSTRIAL: São Paulo, Guanabara e estado do Rio; LESTE: Minas Gerais e Espírito Santo; CENTRO: Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal; NORDESTE: Sergipe, Alagoas, Paraiba, Rio Grande de Norte, Pernambuco, Ceará; NORTE: Maranhão, Pará, e Amazonas.

Os dados acima referem-se ao local em que os migrantes residiram, por mais de um ano, antes de se dirigirem para o Distrito Federal. Um outro aspecto interessante a examinar diz respeito ao local de nascimento do indivíduo e também o de seus pais. Dados dessa natureza refletem a carreira migratória dos indivíduos estudados. A análise dos dados relativos ao nascimento revela que cêrca de 1/4 dos pais dos informantes nasceram no nordeste do Brasil; 22% nasceram em São Paulo, Guanabara e Estado do Rio, 18% em Minas Gerais e Espírito Santo, 14% no Planalto Central, 14% no norte do Brasil e o restante em outras localidades. Examinando-se os mesmos dados entre invasores e colonos separadamente, obtivemos os resultados apresentados no Quadro XIV.

Os destaques a serem feitos no Quadro XIV, referem-se às diferenças relativas aos dois grupos no que se refere ao Centro, Bahia, Nordeste e Outros Países. Observam-se nítidas diferenças nessas regiões e isso será novamente notado ao examinarmos os dados relativos às regiões de nascimento dos próprios agricultores.

Quadro XIV - Regiões de Nascimento dos Pais do Agricultores do Distrito Federal

REGIÕES GEOGRÁFICAS	INVASORES		COLONOS	
	N	%	N	%
Sul	0	0,0	1	0,7
Sul Industrial	4	2,3	3	2,2
Leste	42	24,1	27	19,7
Central	24	13,8	31	22,
Bahia	35	20,1	9	6,6
Nordeste	52	30,0	24	17,5
Norte	7	4,0	5	3,6
Estrangeiro	6	3,4	36	26,4
Sem Resposta	4	2,3	1	0,7
TOTAL	174	100,0	137	100,0

Quadro XV - Regiões de Nascimento dos Agricultores do Distrito Federal

REGIÕES GEOGRÁFICAS	INVASORES		COLONOS	
	N	%	N	%
Sul	0	0,0	1	0,7
Sul Industrial	6	3,4	9	6,6
Leste	36	20,7	27	19,7
Centro	34	19,5	38	27,8
Bahia	36	20,7	8	5,8
Nordeste	52	30,0	23	16,8
Norte	6	3,4	3	2,2
Estrangeiro	4	2,3	28	20,4
Sem Resposta	0	0,0	0	0,0
TOTAL	174	100,0	137	100,0

O Quadro XV apresenta as regiões de nascimento dos próprios entrevistados, divididos em invasores e colonos. A primeira diferença que surge nêsse quadro é o fato de que quase todos os estrangeiros são colonos, e, portanto, tem seus títulos de posse regularizados e operam em bases mais empresariais. Apenas 4 estrangeiros permanecem ainda como invasores e, pelo que pudemos apurar, tratam-se de agricultores aguardando decisão da NOVACAP no sentido de regularizar suas situações.

Outra diferença significativa refere-se ao fato de que maior proporção de invasores nasceram no Nordeste e Bahia. Cêrca de mais de 50% dos invasores são nascidos naquelas regiões, contra 22% dos colonos.

Examinando-se os dois quadros acima de forma sistemática, verificamos que houve, entre as duas gerações, considerável mobilidade geográfica. Se os pais dos informantes não tivessem mudado do lugar em que nasceram, as respectivas porcentagens dos quadros acima, deveriam ser as mesmas, ceteris paribus. É interessante notar, porém, que, dentre os invasores, os que nasceram no Nordeste e Bahia, exibem maior estabilidade de residência entre gerações. Isso indica que o processo migratório dêsses indivíduos iniciou-se na geração estudada. Entre os colonos, apenas os informantes originários da região leste, exibem aquela estabilidade de residência. Por outro lado, existe considerável discrepância entre os locais de nascimento do informante e de seu pai, especialmente entre aquêles nascidos no sul industrial, no Brasil central e no estrangeiro. O mesmo parece ocorrer com os invasores do leste e centro do Brasil.

A análise conjugada dos quadros acima, mostra, em primeiro lugar, que migração não é um fenômeno novo para a maioria da população estudada. Na verdade, informantes pertencem a uma geração que iniciou seu processo migratório há muitos anos atrás, mudando-se de regiões menos desenvolvidas para outras mais desenvolvidas. Em segundo lugar, verifica-se que a carreira migratória dos informantes consiste de progressivas mudanças entre estados e em várias direções. Embora nossos informantes permaneçam em áreas rurais, devemos destacar o fato de que os dados refletem um processo de progressiva aproximação do migrante a áreas urbanas. Talvez os migrantes estudados estejam em uma das fases intermediárias do processo de "step-migration" que, como sabemos, consiste em uma série de mudanças seguindo a direção rural,rurbano, e finalmente urbano.

No sentido de examinar um pouco mais detidamente aquêle processo, solicitamos aos agricultores que indicassem o gráu de urbanização das áreas em que foram socializados durante a infância e, em seguida, dos lugares em que passaram a sua adolescência. Cêrca de 75% dos informantes viveram sua meninice em fazendas e, portanto, no meio rural; apenas cêrca de 4% passaram sua infância em cidades e depois migraram para o meio rural. No que se refere ao tempo passado em áreas rurais durante a adolescência (depois de 14 anos), a proporção caíu para 55% o que indica terem muitos migrantes vivido em zonas urbanas por certo tempo. Da mesma maneira, cêrca de 15% dos agricultores passaram tôda sua adolescência em cidades.

Portanto, muitos migrantes, depois de se estabelecerem em zonas urbanas, voltam a residir em áreas rurais. Acreditamos que tais indivíduos, ou uma grande maioria, nunca abandonaram por completo suas atividades agrícolas mesmo quando residiram temporàriamente em cidades. Como sabemos, é bastante comum no interior do Brasil encontrar-se um grande contingente de trabalhadores rurais residindo na séde urbana do

município e se transportando diàriamente para a lavoura afim de exercerem suas atividades no campo.

Isso mostra que, a exemplo de outras regiões do Brasil e da América Latina, as cidades não são pontos terminais ou definitivos para muitos migrantes rurais. Há um constante fluxo de migrantes que são liberados pelo subsistema urbano e, portanto, retorna às zonas rurais. Êste processo seletivo de migração, entretanto, não implica que tais agricultores não tentarão novas mudanças para as cidades, especialmente, os grandes centros urbanos.

Estudando-se a frequência de mudanças, verificamos que cêrca de 90% dos informantes mudaram de município mais de uma vez (depois dos 14 anos de idade) e 80% mudaram de estado mais de uma vez. A proporção de agricultores que se mudaram de município e de estado mais de quatro vêzes, ascende a cêrca de 45%. Confirmando dados anteriores, o Distrito Federal conta com uma população bastante móvel do ponto de vista geográfico. Examinando-se os dados separadamente, verificamos que os colonos, novamente, apresentam estabilidade residencial um pouco mais elevada do que os invasores. Cêrca de 75% dos invasores mudaram de estados mais de duas vêzes após os 14 anos; essa proporção chega a apenas 50% entre os colonos.

B. O Processo de Mudança

A migração é sempre o resultado de um complexo de fôrças que atuam em uma determinada população. As teorias econômicas sôbre causas e consequências de migração tendem a focalizar os custos e os benefícios do processo encarando-o, em última análise, como um rearranjo das fontes de mão de obra em um determinado sistema econômico. Os defensores desta posição argumentam que as pessoas são "empurradas" a migrar por fatores intrínsicos ao sistema econômico, como por exemplo, o status de posse da terra, às condições de mercado de trabalho, à pobreza, etc. Teorias geográficas tendem a enfatisar os fatores climáticos assim como os problemas de solo e hidrografia como as principais causas de migração. Psicólogos recentemente vêm se dedicando ao estudo da migração, focalizando, principalmente o migrante como um indivíduo diferenciado e em condições de assumir os riscos de uma mudança para um local desconhecido e incerto. As teorias sociológicas sôbre migração sempre consideraram que o processo migratório nunca é decorrente de uma causa econômica ou da diferenciação da personalidade do migrante. Na verdade, admitimos que uma constelaçao de fatores econômicos e sociais está sempre atuando no sentido de fazer com que alguns indivíduos permaneçam numa área e outros sáiam.

No sentido de indentificar as diversas fôrças que atuaram nos agricultores estudados levando-os para o Distrito Federal, procuramos desenvolver na entrevista uma série de perguntas cobrindo não só fatores relacionados à estrutura da economia do sistema de origem mas também as prórias avaliações dos indivíduos entrevistados. Em uma das perguntas, incluímos os sete motivos comumente citados como fatores

propulsores de migração a saber: sêca, pobreza de solo, escassês de terra, desemprêgo, más relações com o patrão, ausência de familiares por perto, e falta de facilidades médico-educacionais.

As respostas à essa pergunta forneceram os resultados apresentados no Quadro XVI. Como se observa, tanto para os invasores como para os colonos, o problema da falta de emprêgo foi mencionado com mais frequência. É preciso lembrar, porém, que "desemprêgo" é também uma denominação dada a uma série enorme de fatores. Na verdade, "desemprêgo" reflete uma síndrome de falta de trabalho e tôdas as consequências dêsse problema.

Quadro XVI - Fatores que Impeliram os Agricultores do Distrito Federal a Deixarem seu Local de Residência Anterior

FATORES	INVASORES		COLONOS	
	N	%	N	%
Sêca	1	0,6	0	0,0
Terra Cansada	4	2,3	6	4,4
Escassês de Terra	32	18,4	12	8,8
Desemprêgo	48	27,7	38	27,6
Mau Tratamento pelo Patrão	18	10,3	10	7,3
Ausência de Familiares	3	1,7	4	2,9
Falta de Médico, Escola	8	4,6	13	9,5
Outros	27	15,5	26	19,0
Sem Resposta	2	1,1	2	1,5
Não se Aplica	31	17,8	26	19,0
TOTAL	174	100,0	137	100,0

É interessante notar que, com excessão do desemprêgo, os dois grupos diferiram bastante nas razões de mudança. Invasores queixaram-se mais de escassês de terra do que os colonos o que parece indicar que tais indivíduos vêm, de há muito tempo, procurando terra onde possam exercer atividades agrícolas, dependentemente. Igualmente, invasores queixaram-se mais do mau trato por parte dos patrões do que os colonos. A falta de recursos institucionais, especialmente médicos e escolas, por outro lado, foi mais sentida por colonos do que invasores. De modo geral, parecem-nos que os invasores estavam tentando resolver, primeiro os problemas mais básicos de sua condição de trabalho, ou seja, a aquisição de terra e o estabelecimento de boas relações de trabalho com patrões ou qualquer outro orgão superior. Os colonos, diferenciaram-se por estarem num "estágio superior" na solução de seus problemas, isto é, possuindo as condições mínimas, estavam à procura de recursos institucionais para sí e, especialmente, para seus dependentes. Na verdade, tanto invasores e colonos foram para o Distrito Federal com melhores esperanças de vida, buscando aquilo que lhes faltava.

Mas o fato é que, para cêrca de 40% dos informantes, os problemas de emprêgo e posse da terra perduraram ao chegarem na capital federal. Essa foi a resposta mais comum à pergunta "Qual foi o principal problema que o Sr. teve ao chegar no Distrito Federal?". Às precárias condições econômicas, os informantes adicionaram um outro problema reconhecidamente sério na capital do Brasil que é o da falta de habitação. Cêrca de 22% dos agricultores apontaram êste problema. Cêrca de 22% dos informantes acham-se ainda insatisfeitos com suas condições de residência e estão planejando mudar para outra casa dentro do próprio lote ou do próprio Distrito Federal.

A análise das condições de habitação atual revela um nível ainda bastante precário, embora muitos agricultores reconheceram que tiveram sensível melhoria. Cêrca de 96% não possuiam eletricidade em suas casas; 93% não tinham água corrente em seus lotes; 95% não davam nenhum destino aos dejetos. Cêrca de 37% das casas eram construídas de páu-a-pique; 31% de madeira; 12% de tijolos e 19% dos materiais mais variados e misturados. Apenas 6% das casas possuíam fôrro e vedações contra mosquitos; 10% possuíam teto de telhas. Quanto às facilidades dentro da casa, verificamos que 24% dos informantes possuíam fogão a gás, 51% rádio, 50% tinham máquina de costura, 4% geladeira e 3% televisão. De modo geral, o padrão de habitação e o nível de confôrto doméstico dos invasores encontrados foram sensìvelmente mais baixos do que os dos colonos na ocasião das entrevistas. Dada sua condição precária e ilegal, os invasores não podiam e não queriam investir em suas moradias.

Perguntas relativas ao padrão alimentar dos informantes revelaram que 55% comiam carne de vaca pelo menos uma vez por semana; 53% consumiam galinha e 28%, porco, também uma vez por semana ou mais frequentemente. Manteiga e leite eram consumidos por cêrca de 44% dos informantes; 87% comiam ovos com aquela frequência e 50% utilizavam pão. Os alimentos consumidos regularmente com maior frequência, por 98% dos informantes, foram o arroz, feijão e mandioca, sabidamente o cerne da dieta do homem rural.

C. O Ajustamento no Distrito Federal

O ajustamento de um indivíduo em nova área é um fenômeno relativamente complexo para ser explicado. O conceito e a medida de ajustamento variam consideravelmente na literatura sociológica. O que deve ser considerado um migrante ajustado em uma nova área? Aquêle que melhor se realiza econômicamente? Aquêle que mais contribui para a existência e funcionamento do sistema social? Aquêle que mais maximiza benefícios em proveito próprio? O que se sente mais feliz e satisfeito? O que permanece na área e não tem planos de sair dela?

As perguntas acima levantadas servem para dar uma idéia quão complexo o fenômeno do ajustamento é. Na verdade, todos os aspectos acima indicados têm sido usados, em diferentes estudos, como medida de ajustamento de migrantes em uma nova área. Talvez, a medida mais completa de ajustamento seria aquela que reunisse em uma composição pro-

porcional e ponderada todos os indicadores mencionados acima e, provavelmente, mais alguns outros. A construção de tal medida multidimensional, porém, demanda complicados estudos prévios e uma metodologia que escapa o âmbito de nossa investigação. Por isso, procuramos trabalhar com medidas isoladas de ajustamento, algumas das quais ora apresentadas. Assim, um indicador de ajustamento seria o fato de os colonos estarem produzindo mais do que os invasores e, consequentemente, tendo um sucesso relativamente maior na agricultura. Outros indicadores de ajustamento seriam o gráu de utilização dos recursos institucionais da área, como por exemplo, crédito e a assistência rural, regularização da situação de posse da terra, etc.

Um dos fatores julgados potencialmente relevantes na explicação do ajustamento de um indivíduo em uma nova área é a avaliação que êsse mesmo indivíduo faz da nova situação em comparação com situações anteriores. Nêste processo de comparação vários aspectos entram em jôgo tais como o gráu de aspiração do migrante, suas expectativas e suas realizações, etc. No sentido de captar todos êsses aspectos, procuramos apresentar aos nossos informantes uma série de perguntas cobrindo diferentes aspectos do que chamamos de satisfação, definida com um balanço das realizações alcançadas e aspirações futuras em relação às expectativas antes de mudar e as realizações anteriores. Questões abrangendo diferentes aspectos da vida social foram apresentadas de modo sistemático, estimulando-se o informante a comparar sua situação atual com as condições existenciais que predominavam no local antes de mudar.

O Quadro XVII resume as respostas dos informantes em uma série de aspectos da vida social, tais como, condições de trabalho, rendimentos, relações conjugais, saúde, etc.

Quadro XVII - Avaliação da Mudança Feita pelos Agricultores do Distrito Federal em Relação ao Último Local de Residência

ITENS	INVASORES*			COLONOS		
	MELHOR	IGUAL	PIOR	MELHOR	IGUAL	PIOR
Condições de Trabalho	84,0	5,0	8,0	82,0	9,0	5,0
Condições de Vida	69,0	9,0	20,0	66,0	8,0	23,0
Rendimentos	81,0	7,5	9,0	77,0	7.0	12,0
Relações Conjugais	53,0	34,0	2,0	47,0	41,0	2,0
Condições de Saúde	82,0	9,0	7,0	74,0	10,0	12,0
Facilidades Educacionais	75,0	10,0	6,0	73,0	8,0	11,0
Contatos com Parentes	30,0	23,0	44,0	34,0	20,0	43,0
Número de Amigos	50,0	36,0	11,0	50,0	29,0	17,0
Condições Alimentares	71,0	17,0	9,0	65,0	28,0	4,0

*A Diferença para 100% em cada ítem decorre de perguntas não aplicaveis e ou não respondidas pelos informantes.

Como se verifica, os informantes declararam, em sua maior parte, estar satisfeitos com uma série de aspectos no Distrito Federal quando comparado com o último lugar de residência por mais de um ano. Os únicos ítens em que as porcentagens relativas à uma avaliação negativa da mudança sobem um pouco mais, referem-se aos contatos com parentes, números de amigos, e condições de vida em geral. Como se sabe, tôda mudança, especialmente involvendo longas distâncias, provoca uma rarefação dos contatos entre amigos e parentes. O migrante é sempre forçado a reorganizar a sua teia de relações e contatos quando se dirige para uma nova área.

No entanto, devemos ressaltar, nêste ponto, um aspecto que nos pareceu bastante interessante e, até certo ponto, surpreendente. De início pensávamos que as famílias residentes na área rural do Distrito Federal, possuiam poucos parentes morando por perto visto que boa parte dos migrantes mudaram-se de grandes distâncias. Entretanto, quase um têrço dos informantes declararam possuir um ou ambos os pais vivendo no Distrito Federal; cêrca de 22% tinham os pais (ou sogros) vivendo juntamente com o informante, na mesma habitação. No que se refere a parentes em geral, encontramos 73% dos informantes que declararam possuir um ou mais parentes vivendo no Distrito Federal. Portanto, os migrantes têm exercido grande atração no sentido de trazerem outros parentes para a área do Distrito Federal. Êste fato foi igualmente verificado nas áreas urbanas de Brasília onde a maior parte dos migrantes possuem parentes residindo no Plano Pilôto ou cidades satélites. Dados desta natureza revelam que ainda existe na nova capital federal uma grande tendência em preservar a "família-extensa". Com isso, preservam-se também todos os mecanismos de dependência e ajuda mútua que são característicos daquêle tipo de estrutura familiar. De fato, pudemos observar nas áreas rurais de Brasília que os parentes constituem "verdadeiras" tábuas de salvação" em crises econômicas ou mesmo na provisão de pequenos recursos tais como o empréstimo de alimentos, ferramentas e medicamentos.

A participação das espôsas na vida familiar nas áreas estudadas é bastante grande. Dentre os indivíduos que eram casados ao se mudarem para Brasília, 95% dêles declararam que decidiram migrar para o Distrito Federal após discussão e acôrdo com suas respectivas espôsas. Atualmente, cerca de30% das espôsas trabalham na agricultura junto com o marido e cuidam da casa; 2% ainda realizam serviços para fóra, ou seja, lavam roupas, costuram, etc.

Dentre os agricultores que possuem filhos de 8 anos de idade ou mais, cêrca de 50% dos filhos trabalham ativamente na lavoura; 25% exercem atividades fóra da casa, isto é, trabalham nas áreas urbanas de Brasília ou em transportes.

Como se verifica, a participação dos membros da família nas atividades de trabalho parece ser bastante grande. Os informantes declararam ainda que suas espôsas os ajudam a decidir em uma série de outros assuntos: 85% participam nas decisões de comprar ou arrendar terras; 79% ajudam a decidir sôbre obtenção de empréstimos; 79%, na compra de

equipamentos; 77% participam nos assutos relativos à escolha das culturas a serem plantadas; 93% participam ativamente na educação das crianças.

A participação e o conhecimento da vida dos vizinhos, entretanto apresentaram um aspecto bem diferente. A grande maioria dos informantes declarou que seu conhecimento da vida de seus vizinhos e a participação dêstes nas suas decisões é bastante reduzida. Cêrca de 71% dos agricultores declararam conhecer seus vizinhos muito pouco e, em certo sentido, menos do que no local em que moravam antes de se mudarem para o Distrito Federal. Apenas 25% se mostraram em estreito contato com vizinhos. Da mesma forma, foram poucos os que participavam ou mesmo eram membros de sindicatos ou qualquer outro tipo de associação de classe. Apenas 6% declararam serem membros de cooperativas e outros órgãos de classe.

Os parágrafos acima parecem indicar que os agricultores do Distrito Federal vivem em estreito contato com os membros de suas unidades familiares, mas relativamente isolados de outros membros e instituições da comunidade. No sentido de verificar o gráu de conhecimento que os informantes possuiam dos principais líderes e orgãos da comunidade local e da sociedade nacional elaboramos uma série de perguntas cujas respostas revelaram o seguinte resultado: apenas 31% declararam conhecer o sacerdote ou qualquer outro líder religioso local; 44% conheciam pessoalmente um agrônomo; sómente 44% foram capazes de mencionar o nome do Prefeito do Distrito Federal na época da entrevista (Plínio Cantanhede). Cêrca de 3% dos informantes nunca tinham ouvido falar no nome de Castelo Branco, então Presidente do Brasil; 60% dos agricultores não sabiam de que forma Castelo Branco tinha chegado ao poder; 30% declararam ter sido êle eleito pelo Congresso Nacional.

Educação, entretanto, é um valor amplamente divulgado e desejado pela população estudada. Cêrca de 55% dos informantes gostariam que seus filhos chegassem à universidade e adquirissem profissões liberais. É preciso notar que, no que se refere ao futuro das filhas, essa proporção chega a apenas 3% o que reflete o caráter tradicionalista da população estudada no que se refere à posição da mulher.

Mas a população investigada mostrou-se bastante realista no que se refere às possibilidades objetivas de educarem seus filhos. Apenas 23% dos informantes acreditam que terão condições de fazerem de seus filhos estudantes universitários e, posteriormente, profissionais liberais. Quando perguntamos "Qual a profissão que o Sr. acha que seu filho terá?", 30% optaram pelas ocupações não manuais que requerem, geralmente, instrução secundária; 17% acreditavam que seus filhos continuariam trabalhando na lavoura mas como proprietários rurais; 11% decidiram-se por profissões manuais especializadas e o restante se dividiu, em porcentagens pequenas, por outras profissões.

É interessante notar, porém, que a grande maioria dos informantes, cêrca de 75%, declararam que gostariam que seus filhos e filhas permane

cessem no Distrito Federal quando crescecem. A interpretação dêste fenômeno é matéria complexa que exige laboriosas computações que, por falta de tempo, não foram ainda realizadas. Entretanto, gostariamos de utilizar os dados já apresentados e realizar algumas especulações pertinentes a êste fenômeno.

Examinando-se as aspirações ocupacionais dos informantes, verificamos que apenas 13% dêles gostariam que seus filhos permanecessem em atividades agrícolas. Portanto, cêrca de 87% aspiram ocupações não rurais para seus filhos. Por outro lado, êles desejam que seus filhos permaneçam no Distrito Federal quando crescerem. Como se verifica, os informantes parecem estar submetidos a duas fôrças de sentido contrário, ou seja, uma que dirige seus filhos para longe de sí e outra que o os atrae para sí. A especulação a ser feita é de que, provàvelmente, os informantes nessas condições gostariam de alocar seus filhos nas áreas urbanas do Distrito Federal onde poderiam exercer as ocupações não agrícolas. Uma outra hipótese seria a de que os próprios informantes aspiram mudar brevemente para as áreas urbanas, juntamente com seus filhos. E, uma última alternativa, seria a de que os informantes gostariam de mandar seus filhos para as áreas urbanas de modo que, mais tarde, êstes fôssem capazes de levarem seus pais, dando continuidade, assim, ao processo de migração rural-urbana com a família desempenhando sempre um importante papel intermediário. Em suma, a existência dessas duas fôrças contraditórias parece indicar, simplesmente, que os informantes querem ver seus filhos fóra da agricultura mas desejam ficar junto dêles.

As especulações acima, porém, contradizem as declarações dos próprios informantes em favor do trabalho na agricultura. De fato, examinando-se a orientação valorativa dos agricultores do Distrito Federal ao que se refere ao trabalho e a vida na lavoura obtivemos resultados que indicam, em geral, um gráu bastante alto de favoritismo pela vida no campo. Lembram os leitores de que apenas 3% dos informantes pretendem abandonar a lavoura assim que lhes surgir uma oportunidade. Cêrca de 94% afirmaram ser o trabalho com a natureza muito melhor do que trabalho em escritório; 92% declararam que o trabalho na roça é mais agradável do que na cidade; 72% acreditam que o lavrador pode ter uma vida melhor do que o comerciante. A contradição existente entre o favoritismo em relação à agricultura e uma possível intenção de sair da lavoura poderia ser explicada em têrmos dos conceitos de aspiração real. Isto é, provavelmente os agricultores entrevistados gostariam de ver seus filhos e a si mesmos residindo em áreas urbanas em um futuro próximo. Entretanto, êles não conseguem se imaginar saindo da agricultura no momento por sentirem-se incapazes de se realizar em zonas urbanas no momento, ou por não perceberem outras alternativas ocupacionais. Em outras palavras, dada a sua condição atual (sem especialização para trabalhos urbanos, sem experiência com a sub-cultura das cidades, etc.) a melhor alternativa, segundo lhes parece, é permanecer na agricultura. Porém, dadas as condições que antevêm para seus filhss, a melhor alternativa passa a ser, então, residir e procurar emprêgo nas cidades.

Um outro aspecto em que se verifica grande participação de parentes refere-se às fontes de informação de que os informantes lançaram mão antes de se mudarem para o Distrito Federal. Cêrca de 50% dos entrevistados declararam que a principal fonte de informação sôbre Brasília que tiveram antes de se mudarem foi "parentes" que lá residiam. Isso indica que 50% dos agricultores mudaram-se para o Distrito Federal atraídos por parentes que lá já residiam. Cêrca de 20% se basearam nas informações de amigos, e 15% visitaram o local pessoalmente antes de se decidirem a mudar. O restante utilizou outras fontes, como viajantes, rádio, revistas e jornais, etc.

Em contraste com o estreito contato que os agricultores mantêm com seus parentes no Distrito Federal, devemos destacar que os contatos com familiares que ficaram nas regiões de origem ou mesmo em outras áreas, já não são tão frequentes. Cêrca de 67% dos agricultores nunca visitaram seus parentes que vivem fora do Distrito Federal; 18% visitam esporàdicamente, menos do que uma vez por ano; 10% o fazem uma ou duas vêzes por ano; 4% mais de duas vêzes por ano. Essas mesmas proporções correspondem, aproximadamente, ao número de viagens que os agricultores realizam anualmente. Cêrca de 66 % nunca saem do Distrito Federal; 21% fazem viagens raramente, menos do que uma vez por ano; 10% o fazem uma ou duas vêzes por ano. Os dados indicam, portanto, que a populaçao estudada é bastante estável no que se refere a viagens e visitas fóra do Distrito Federal. Dentre os lugares mais visitados, destacam-se as cidades satélites de Sobradinho (30%), Planaltina (21%), e Taguatinga. A falta de transporte coletivo e o grande número de pais e parentes vivendo na mesma área poderiam ser aqui aventados como inibidores de saídas frequentes dos indivíduos entrevistados. Mesmo as visitas domingueiras são raras, com exceção das que são feitas entre vizinhos e parentes que vivem próximo. Na verdade, cêrca de 32% dos informantes declararam que passam todos os domingos trabalhando na lavoura; 44% simplesmente ficam em casa brincando com as crianças e fazendo pequenos reparos; 13% utilizam os domingos para fazer compras ou mesmo para levar algum produto agrícola nas feiras e mercados da redondeza. As atividades religiosas são igualmente pouco frequentadas apesar de que cêrca de 79% dos informantes terem se declarado católicos.

Um aspecto final, mas não menos importante, diz respeito ao nível de escolarização da população estudada. Em relação à população urbana da capital federal, os agricultores do Distrito Federal apresentam um nível de instrução sensìvelmente mais baixo. Aproximadamente 43% dos entrevistados nunca foram à escola. É fato, porém, que dentre os indivíduos que nunca cursaram nenhuma escola, cêrca de 40% aprenderam os rudimentos da leitura e escrita e declararam ser capazes de lerem jornais e escrever cartas.

Pràticamente os migrantes dividiram-se em dois grupos: 40% dos que nunca foram à escola e 50% que frequentaram a escola primária, tirando o diploma ou não. Entretanto, a análise dos mesmos dados relativos a invasores e colonos mostra sensível diferença entre os dois grupos.

Quadro XVIII - Nível de Escolarização dos Agricultores do Distrito Federal

ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO	INVASORES		COLONOS	
	N	%	N	%
Nenhum	87	50,0	48	35,0
1 - 3 (primário)	54	31,1	36	26,3
Primário Completo	24	13,6	27	19,8
Ginásio Completo	5	2,9	15	10,0
Colégio Completo	1	0,6	5	3,6
Universitário	2	1,2	6	4,4
Sem Resposta	1	0,6	0	0,0
TOTAL	174	100,0	137	100,0

O Quadro XVIII resume as diferenças entre os dois grupos. Enquanto que a metade dos invasores classificou-se na categoria dos que nunca foram à escola, entre os colonos essa proporção atinge a apenas 35%. A superioridade educacional dos colonos é notória, pois possuem sempre mais escolarização do que os invasores.